

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE SERGIPE

META

Identificar o papel do Estado no processo de produção do espaço agrário

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Fazer uma análise mais profunda sobre as políticas públicas. Analisar a importância dos projetos de irrigação para a dinâmica econômica e social do Estado.

PRÉ-REQUISITOS

Ter compreendido a importância do estudo integrado na elaboração do planejamento agrícola.



Produtor agrário sergipano
(Fonte: [http:// www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)).

INTRODUÇÃO

Caros alunos, na aula de hoje vamos estudar a ação do Estado através de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da agricultura do Estado de Sergipe. Vale ressaltar que iremos analisar um estudo de caso desenvolvido na sub-bacia hidrográfica do rio Jacarecica localizado no agreste de Itabaiana.

A partir da década de 70, o Estado de Sergipe foi caracterizado por mudanças significativas no setor agrícola, decorrentes de políticas públicas das diversas instâncias do poder, sobretudo, do Governo Federal, com a finalidade de amenizar os problemas enfrentados pela população, por causa dos contrastes naturais, do ponto de vista climático, e sociais do ponto de vista das condições econômicas diferenciadas. Esse processo de investimento no setor rural vem se fortalecendo a partir da segunda metade da década de 80 com a intensificação da implantação dos projetos de irrigação e da criação de açudes.



Agricultor que participa do projeto de Reforma agrária do Estado de Sergipe.
(Fonte: <http://www.mda.gov.br>).

IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

As políticas públicas desenvolvidas nos municípios pertencentes a sub-bacia do rio Jacarecica relacionadas ao desenvolvimento agrícola, possui ligação direta ou indiretamente com os projetos de irrigação e criação de açudes. Porém, surgem aliados aos projetos de irrigação, outros empreendimentos destinados a dá suporte para o funcionamento destes, tais como: criação de barragens, eletrificação, perfuração de poços, rodovias, dentre outros elementos.

Dentro desse contexto, não poderia deixar de lembrar o papel fundamental da SUDENE, na execução dos projetos de irrigação. A SUDENE foi criada em 15 de dezembro de 1959, pela Lei nº 3.692 e regulamentada pelo Decreto nº 47.890 de 09 de março de 1960, com o intuito de corrigir o desequilíbrio regional entre o Nordeste e as outras regiões do Brasil. A partir de 1985 foram criados novos projetos de irrigação com a finalidade de *“apoiar o pequeno produtor rural através do aproveitamento da água represada nas barragens de médio porte e da captação de água do rio São Francisco”*(PINTO, 1999. p. 132).

Na agricultura atual a irrigação faz parte de um sistema que visa complementar uma série de técnicas objetivando o aumento e a estabilização da produtividade agrícola, e a melhoria da qualidade dos produtos. Para se conseguir tais objetivos deverão ser executados projetos de irrigação que levem em consideração os fatores de água-clima-planta visando sempre à obtenção da melhor função econômica.

Na elaboração de projetos de irrigação, parâmetros serão observados e levantados por métodos específicos. A utilização inadequada destes métodos pode-se acarretar em erros de determinação, que podem ter uma influência no resultado final. Os recursos envolvidos devem, portanto ser utilizados de maneira racional.

É nessa perspectiva espaço-temporal que surge o Projeto de Irrigação Jacarecica I no município de Itabaiana, assim como outros projetos de irrigação implantados em Sergipe, tais como: Projeto Califórnia (Canindé do São Francisco e Poço Redondo), Projeto Piauí (Lagarto), Projeto Jabiberí (Tobias Barreto), Projeto Ribeira (Itabaiana) e Projeto Amargosa (Poço Verde), os quais foram executados através de um projeto maior, denominado Chapéu de Couro, com recursos do Projeto Nordeste/SE.

A partir do mapeamento mental da localização geográfica dos projetos de irrigação implantados através do Estado, percebemos que a sua distribuição não tem relação direta com as condições sócio-econômicas da população. Portanto, há necessidade de se fazer um levantamento preliminar da viabilização das implantações de tais projetos junto com a população, através de palestras,

questionários ou outros meios de consultar quais são os anseios da população diante da possível implantação dos projetos.

Após observação da distribuição das políticas de irrigação do Estado de Sergipe, percebe-se que as condições climáticas em relações aos critérios políticos para escolha da área a ser implantados tais projetos não serviram como parâmetros para tomada de decisão de qual a área mais carente e favorável a tal priorização. Se caso servissem como referência, não justificariam os inúmeros projetos desenvolvidos no agreste do Estado de Sergipe, a qual registra índices pluviométricos e coeficiente de variação relativamente favorável, em detrimento ao sertão, caracterizado pela sua semi-aridez, tendo como consequências elevadas variações diárias, sazonais e anuais. Tais características são reflexos da variação da temperatura e da precipitação, assim como da umidade, os quais possuem relações diretas com o alto coeficiente de variação registrado nessa área.

Com isso, podemos concluir preliminarmente, que os projetos de irrigação de caráter social, deveriam ser melhor distribuídos ao longo do Estado, principalmente, na área semi-árida, tendo em vista que no sertão são registradas as maiores irregularidades pluviométricas do Estado de Sergipe. De acordo com Ayoade (1998),

“A baixa variabilidade implica que a precipitação média em um determinado lugar é confiável, enquanto a alta variabilidade implica amplas flutuações em torno do valor médio” (AYOADE, 1998, p. 172).

Portanto, a má distribuição pluviométrica do sertão sergipano, justifica a implantação de projetos de irrigação, como solução de parte dos problemas enfrentados pela seca e pelos políticos que fazem da seca, uma indústria. Nesse contexto, sabemos que o problema da deficiência hídrica das áreas semi-áridas do Estado e do nordeste, não é a causa da fome e da miséria absoluta que acarreta todos os anos as populações de baixa renda. Na verdade, esse fato ocorre todos os anos, porque existe um grupo de pessoas interessadas mais na indústria da seca, do que na solução do problema da seca. Essa evidência é registrada por Furtado quando diz,

“A realidade é que nessa seca tudo, aparentemente, foi decidido com muito desleixo. Como já disse, há a indústria da seca, gente que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar as frentes de trabalho etc. A seca é um negócio” (FURTADO, 1998, p. 25).

Sabemos que os danos provocados pela seca, não são de ordem natural, mais sim de caráter social, ou seja, é devido a falta de vontade política para a erradicação dos problemas decorrentes da deficiência pluviométrica do sertão. Assim, Pinto (1999), fala que

“As consequências sócio-econômicas não possuem uma relação tão direta com a grandeza do fenômeno natural, pois então, na realidade, vinculadas à ausência de infra-estruturas adequadas, muitas vezes caracterizadas por intervenções isoladas e descontínuas, sem uma prioridade governamental no seu planejamento global, sem obras adequadas e permanentes. As precauções e os ajustamentos poderiam amenizar os efeitos”(PINTO, 1999, p. 103).

Sabemos que os diversos tipos de cultivos estão associados as condições climáticas predominantes na região climática, tendo em vista, que tais cultivos apresentam seus limites climáticos, relacionados a intensidade de temperatura, umidade e precipitação.

No entanto, o conhecimento das variações climáticas diárias, sazonais ou anuais, sobretudo da temperatura e da precipitação de uma área, é de fundamental importância para eficiência das diversas etapas de crescimento dos cultivos. Esse fato é evidenciado quando Pinto (1999) diz que *“toda agricultura sergipana é feita em íntima relação com a precipitação, salvo nos perímetros irrigados”*(PINTO, 1999, p. 72).

Um outro aspecto a ser considerado quanto a realização de projetos de irrigação, está relacionado as desapropriações de terras, antes da irrigação, para que elas não sejam valorizadas e venham beneficiar apenas os latifundiários, servindo como elemento responsável pela manutenção da atual estrutura agrária brasileira, concentradora e centralizadora de riqueza e de bens de produção. Nesse sentido Celso Furtado (1998) diz que muito dinheiro foi gasto na implantação de projetos de irrigação e para criação de açudes, e que praticamente nada de novo surgiu nesses últimos anos, sendo necessário desapropriar primeiro para depois fazer irrigação.

“A irrigação tem de ser feita dentro de um contexto maior, porque sabemos que, se você fazer irrigação para concentrar renda, o problema social fica de pé. A irrigação teria de vir com o controle de uso do solo que permitisse uma divisão de renda”(FURTADO, 1998, p. 41).

Junto com o projeto de irrigação, normalmente vem aliada, a criação de açude, que de acordo com Pinto(1999) é definido regionalmente como,

“Qualquer acumulação de água nascida da intercepção de uma corrente líquida, compondo ao mesmo tempo a barragem, isto é, o dique de terra ou concreto que detém o curso d’água e o lago por ele formado”(PINTO, 1999, p. 139).

Diante das políticas públicas no Estado de Sergipe relatamos um caso especial, objeto de pesquisa, a sub-bacia do rio Jacarecica onde foram construídos três açudes, sendo que dois estão diretamente relacionados aos

perímetros jacarecica I e II, e o terceiro açude encontra-se localizado nas proximidades da rede urbana de Itabaiana, denominado Açude da Macela.

As águas do Açude da Macela são destinadas a produção agrícola e em menor escala para o projeto de piscicultura. No entanto, encontra-se bastante poluído pelas descargas dos dejetos produzidos pela área urbana de Itabaiana e pelo curtume localizado a montante do açude. Um outro fato, é que parte da horticultura é irrigada com a água do açude, que se encontra contaminada, a qual é agravada pela utilização dos agrotóxicos utilizados nas lavouras.

Da mesma forma, os peixes são contaminados e posteriormente vendidos para o consumo da população circunvizinha, a qual acaba sendo contaminada indiretamente pelos dejetos e pelos agrotóxicos. A tendência é que haja uma intensificação e proliferação de doenças para a população, tendo em vista que a área do açude é organizada individualmente sem nenhum acompanhamento técnico por parte do Estado.

Os projetos de irrigação financiados pelo governo do Estado de Sergipe tem se concentrado em sua maioria na região agreste do Estado, beneficiando uma grande parcela da população que, em relação a população do semi-árido, sobretudo do baixo São Francisco, possui maiores alternativas de sobrevivência.

Um outro ponto de análise, refere-se ao elevado custo financeiro para implantação dos projetos de irrigação, pois junto com a irrigação, vem a criação de barragens para o represamento das águas, criação de açudes, abertura de estradas, dentre outros elementos que torna o projeto cada vez mais elevado.



Figura 1. Localização do lote 24, no Distrito de irrigação Platô de Neópolis, SE

(Fonte: <http://www.scielo.br>)

Apesar da implantação dos projetos de irrigação em alguma das áreas da sub-bacia, a estrutura sócio-econômica da população é bastante vulnerável, pois grande parte da população possui atividades ligada direta ou indiretamente com a agricultura e, conseqüentemente com as leis do mercado.

CONCLUSÃO

De acordo com a análise, as políticas públicas de irrigação do Estado de Sergipe, são pontuais e esporádicas, vinculadas aos interesses políticos partidários, com fins eleitoreiros em busca de sua permanência no poder. Portanto, as condições precárias de existência da população do semi-árido do Estado de Sergipe, estão relacionadas, entre outras causas, a falta de vontade política para solucionar ou amenizar os problemas decorrentes da escassez de água do sertão sergipano.

Finalmente, é oportuno mencionar que no planejamento de implantação dos projetos de irrigação por parte do Estado, há pouca participação da população na fase de criação do projeto, pois são impostos de cima para baixo sem haver previamente uma consulta ou discussão.

Portanto, os projetos de irrigação contribuíram para dinamização da economia local, beneficiando a população que possuem relação direta ou indiretamente com tais atividades, e aqueles que conseguiram se adaptar ao novo sistema de plantação imposto pelo Estado. Por outro lado, aqueles que não conseguiram se adequar foram isolados e tiveram que migrar para outras áreas, tendo que vender seu lote.

RESUMO

Como síntese é importante destacar o papel do Estado no processo de implementação dos projetos destinados a agricultura. Nesse contexto, há uma má distribuição das políticas públicas destinadas a agricultura ao mesmo tempo que é necessário em um Estado democrático a participação dos agricultores no processo de elaboração dos projetos a que ele se destinam.

Mesmo diante das críticas a respeito do processo de implementação dos projetos de irrigação e de outras políticas públicas como crédito agrícola, assistência técnica por meio dos programas de extensão rural, não se pode negligenciar a importância dos projetos para a dinamização da economia local.

Por outro lado, aqueles que não conseguiram se adequar a imposição do Estado diante do processo de modernização conservadora da agricultura, estão fadados a pobreza rural e conseqüentemente a exclusão social.





ATIVIDADES

1. Leia o capítulo II – Oligarquias agrárias e intervenção do Estado no Nordeste, no livro *Elegia para uma Re(li)gião* de Francisco de Oliveira e elabore um fichamento com a seguinte estrutura: Introdução, Objetivo do autor, Idéias centrais do capítulo, Considerações Finais, Referência Bibliográfica e Indicação da obra.

COMENTÁRIO SOBRS AS ATIVIDADES

As políticas públicas destinadas a agricultura do estado de Sergipe estão mal distribuídas. Ao mesmo tempo que tem beneficiado em sua grande maioria os produtos e produtores que buscam atender as exigências do mercado capitalista.

REFERÊNCIAS

- AYOADE, J. O. **Introdução a climatologia para os trópicos**. 5 ed. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1998.
- FURTADO, Celso. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
- PINTO, Josefa Eliane S. de S. **Os reflexos da seca no Estado de Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS/NPGEO: 1999.
- _____. **Os reflexos da seca no Estado de Sergipe**. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP. São Paulo, 1997.